

O Congresso e o círculo do silêncio

Ao longo dos quase dois anos que a nação brasileira pacientemente esperou pela promulgação da Constituição de 5 de outubro, não foram muitas as vozes que procuraram chamar atenção para os riscos da gestação do caos. A maioria dos constituintes, no entanto, preocupava-se primeiro com a repercussão popular dos votos que iriam proferir, e depois, bem depois, com o conteúdo do que estavam aprovando ou rejeitando. Na maioria das vezes, votou-se não de olhos postos no futuro, na edificação de um país economicamente viável e politicamente estável, mas sim de olhar bem fixo na câmara da televisão e no noticiário impresso do dia seguinte. Foram poucos os que se arriscaram a tirar *nota baixa* na "avaliação" de um instituto (?) que se incumbiu de quantificar — com toda a certeza para a posteridade — o número de vezes em que cada parlamentar votava contra alguma *causa popular*. Foi neste clima que se votou o essencial da "Constituição dos miseráveis" e é exatamente nele que o Brasil permanece.

Romper com a prática que a

Assembléia Nacional Constituinte consagrou de nunca perguntar o custo do direito e sempre exercer quem fala em dever, não é uma tarefa fácil. O círculo do silêncio imposto no Congresso Nacional ao mais comezinho exercício de bom senso agrava especialmente a crise, porque retira daquele Poder sua principal função: a de criar esperança, de que se vai resolver problemas. O Legislativo não pode ser só o espaço de reivindicações, pois deve ser, prioritariamente, o lugar em que se fala em soluções, em que se conciliam conflitos, em que se superam dificuldades. Qualquer brasileiro hoje reconhece que o nosso problema número um são as possibilidades reais de se gerir a crise, de se devolver ao País "condições de governabilidade". Como fazê-lo, enfrentando o *círculo do silêncio*?

A notícia de que se organiza um bloco parlamentar suprapartidário de centro, desvinculado do governo, cujo principal objetivo é criar "condições de governabilidade", não poderia chegar em melhor hora. É esta exatamente a função do Legislativo: elaborar, apresentar e defender projetos

que não tenham como alvo imediato o aplauso das galerias, mas, sim, o futuro do País. O senador Roberto Campos encarregou-se de inaugurar a safra promissora apresentando três projetos que visam, um, a privatização de empresas cronicamente deficitárias, outro a conter o "desemprego desnecessário" que acompanha a racionalização de atividades produtivas, e um terceiro que estabelece a livre negociação salarial. Qualquer contribuinte brasileiro, todo trabalhador deste país, sensibiliza-se com estas três *causas*! Não há nenhuma dúvida de que elas serão populares...

É verdade, e disso também não temos nenhuma dúvida, de que o *círculo do silêncio* cumprirá suas funções, torpedeando a iniciativa por todos os lados. A expressão do deputado Luís Eduardo Magalhães: "Vamos tentar, pelo menos, não ser omissos", dá bem o tom das dificuldades que serão enfrentadas pelos que não fazem da ingenuidade o norte da sua ação política. A existência do grupo tem a função essencial de "marcar posição", de provar que o Congresso ainda abriga parla-

mentares dispostos a cumprir a obrigação de legislar sobre os verdadeiros problemas nacionais. O deputado Luís Eduardo advertiu para a marcha da insensatez que vê acontecer entre seus pares: "Até novoto secreto está difícil manter os vetos presidenciais"; não pode haver um sinal mais evidente do volume da crise: o que acontecerá quando se tentar regulamentar o direito de greve, ou então quando se enfrentar as próximas propostas de duplicar ou triplicar o salário mínimo?

O surgimento de um bloco suprapartidário de centro, sem medo da impopularidade imediata (facilmente recuperável ao longo de pouco tempo como os exemplos mundiais cansam de confirmar), é a melhor prova de que ainda se pensa seriamente o futuro deste país no Congresso Nacional. E não nos referimos só a este período final de governo. Um integrante do bloco insistiu em que "qualquer presidente eleito terá de considerar o nosso miniprograma". Este é o fato mais relevante, pois de choque em choque se pode chegar às eleições e à posse; o problema é o depois!